

Quatro Pequenas Estórias Onusianas sobre a Pandemia

Santiago Alcázar

Como registrarão os livros de história a pandemia da Covid-19? Perscrutarão como cada um reagiu ante aquele acontecimento que mudou o mundo? Analisarão com atenção as suas causas, talvez com o propósito de evitar que elas se repitam e conduzam ao mesmo ponto? Farão referência à determinação dos líderes mundiais de salvar as próximas gerações do flagelo das pandemias, à semelhança do que fizeram em São Francisco, em 1945, quando decidiram criar as Nações Unidas? Farão menção, nesse caso, à nova instituição global que terá sido criada para levar a efeito aquela determinação dos líderes nascida da primeira pandemia? Indagações para o futuro que as acolherá e as resolverá.

Por enquanto, algo mais modesto pode ser feito. Examinar, ainda que perfunctoriamente, a resposta das Nações Unidas à Covid-19 de setembro de 2020 a setembro de 2021.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU)

Nesse período, realizou-se a 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). A agenda daquela sessão tem 179 itens e 166 subitens (Unga, 2020).

Os itens da agenda são ordenados em nove blocos alfabéticos: A (assuntos de crescimento econômico sustentável e desenvolvimento sustentável); B (manutenção da paz e da segurança internacionais; C (desenvolvimento da África); D (promo-

ção dos direitos humanos); E (coordenação das ações humanitárias); F (promoção da justiça e do direito internacional); G (desarmamento); H (controle das drogas, prevenção de crimes e combate ao terrorismo); I (assuntos organizacionais, administrativos e outros).

Em toda a agenda, há somente dois itens que fazem referência a assuntos de saúde. São eles, respectivamente, o item 10 – *Implementação da Declaração de Compromisso sobre HIV/Aids e a declaração política sobre HIV/Aids*, situado no bloco A; e o item 132 – *Saúde global e política exterior*, situado no bloco I. Não existe item Covid-19.

Das 328 resoluções adotadas pela 75ª AGNU (2021), cinco fazem referência específica à Covid-19 em seus títulos. Três estão incluídas no bloco I, sob o item 128a – *Fortalecimento do sistema das Nações Unidas*: 1) A/RES/75/4 – *Sessão Especial da AGNU em resposta à Covid-19*; 2) A/RES/75/17 – *Cooperação internacional para abordar os desafios enfrentados por marinheiros à luz da Covid-19 para apoio às cadeias globais de fornecedores*; 3) A/RES/75/313 – *Fortalecer os vínculos entre todos os meios de transporte a fim de garantir um transporte internacional estável e confiável para o desenvolvimento sustentável durante a pandemia da Covid-19, bem como para o pós-Covid-19*. As outras duas resoluções estão incluídas no bloco A, sob o item 27 – *Promoção das mulheres*: A/RES/75/156 – *Fortalecimento da resposta rápida ao impacto da Covid-19 nas mulheres e meninas*; A/RES/75/157 – *Mulheres e meninas e a resposta à Covid-19*.

É importante enfatizar que 147 resoluções, ou quase a metade, fazem menção à Covid-19, deixando assim registro do severo impacto da pandemia sobre os itens da agenda das Nações Unidas, que, como se sabe, praticamente exaure os assuntos da agenda internacional.

Cabe sublinhar a resolução adotada em 7 de dezembro de 2020, A/RES/75/27 – *Dia internacional da preparação para pandemias* – incluída no bloco I, sob o item 132 – *Saúde global e política exterior*. Ainda que não tenha Covid-19 em seu título, a resolução tem origem nela, e a menção a pandemias é um alerta para as próximas que parecem vir pela frente. Por essa razão, proclama o dia 27 de dezembro para comemorar aquela tarefa imprescindível. Recorde-se a esse respeito que a 74ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde (AMS) havia adotado, em maio de 2021, a decisão 74(16), pela qual convoca sessão especial da AMS, em novembro, para iniciar processo que poderá levar à conclusão de instrumento internacional sobre preparação e resposta a pandemias.

Uma resolução em especial estaria a merecer comentários por seu significado histórico e pela amplitude de suas propostas. Trata-se da resolução A/RES/75/130 – *Saúde global e política exterior*, incluída no bloco I. A sua origem remonta, como se recordará, à Declaração de Oslo – *Saúde global: tema urgente de política exterior para o nosso tempo*, acordada em 20 de março de 2007, naquela capital, pelos

chanceleres de África do Sul, Brasil, França, Indonésia, Noruega, Senegal e Tailândia (Brazil et al., 2007).

A essência daquele documento pode ser resumida em duas observações e uma conclusão. A primeira observação consiste na relação fundamental estabelecida na declaração entre, de uma parte, investimento em saúde e, de outra, crescimento econômico e desenvolvimento. A segunda relaciona ameaças à saúde à própria estabilidade e segurança de um país. A conclusão, finalmente, é o compromisso de fazer do impacto sobre a saúde um ponto de partida e uma lente definidora das respectivas políticas exteriores, bem como das estratégias de desenvolvimento.

Há três comentários que podem ser feitos. O primeiro é o reconhecimento da centralidade da saúde nas políticas de desenvolvimento. É preciso enfatizar que esse reconhecimento é o desdobramento do conceito amplo de saúde, não somente como uma condição de ausência de doença, mas também, e sobretudo, como um fenômeno derivado de determinantes sociais, como antecipado no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS). O segundo comentário refere-se ao uso da expressão *ameaça à saúde* em vez de *risco à saúde*, como é usual no vocabulário da OMS. Uma explicação talvez resida na confusão entre os dois termos. Ameaça inclui uma intencionalidade. Risco, não. A diferença é enorme. Por essa razão, a primeira é tratada no Conselho de Segurança, enquanto a segunda é moeda corrente na OMS. Outra explicação é que não houve confusão e que o uso de *ameaça à saúde* foi proposital, talvez para enfatizar que a saúde é assunto estratégico da mais alta importância. O último comentário refere-se à saúde como ponto de partida e lente definidora das políticas e estratégias de desenvolvimento. É uma visão holística e estruturante. Mais tarde, a Agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas expressariam entendimento semelhante ao estabelecer que as ações necessárias para as levar a efeito – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por um lado, e as metas para redução do aquecimento global, por outro – formam um todo integral que não pode ser dividido.

A Declaração de Oslo foi transformada em item da agenda da AGNU em 2008 com o título *Saúde global e política exterior*. A partir de então, todas as Assembleias Gerais adotaram resolução com esse título. A ousadia conceitual da resolução, o seu caráter vanguardista, a sua generosidade e a sua visão holística convidam para recordar compromissos assumidos pelos líderes com vistas a realizar profundas transformações, por eles julgadas necessárias. São exemplos emblemáticos a Agenda 2030, o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e a Convenção sobre Biodiversidade Biológica, *inter alia*. Como seria de se esperar, os impactos da Covid-19 sobre os planos sociais e econômicos são mencionados, mas não se observa uma crítica às decisões políticas que contribuíram para causar a pandemia, bem como àquelas que ajudaram a propagar a transmissibilidade do vírus. Ademais das inequidades e injustiças que a Covid-19 deixou à mostra, teria sido necessário dizer também que ela revelou o fracasso gritante das escolhas políticas.

CONSELHO DE SEGURANÇA (CS)

No Conselho de Segurança (CS), caberia mencionar a resolução S/RES/2565, histórica por ter sido adotada por unanimidade e com copatrocinio de 112 países, mas sobretudo por incluir em sua redação elementos surpreendentes para documentos do CS. É exemplo a menção à origem comum da humanidade e à sua natureza solidária, como se o CS tivesse sido ocupado por delegados progressistas do Conselho de Direitos Humanos. Não menos estranha é a chamada para a *ameaça* que constitui a pandemia da Covid-19, que pareceria ecoar aquele mesmo conceito da Declaração de Oslo.

Há, contudo, uma diferença importante. Enquanto a declaração parece ressaltar a saúde ou, mais claramente, o cuidado com a saúde, como assunto estratégico, a resolução do CS destaca a ameaça da pandemia como objeto de preocupação. O CS não tem interesse no cuidado, mas na pandemia, que possivelmente será consequência de uma falta de cuidado. Em última análise, o que interessa ao CS é somente o efeito, a pandemia, não a causa, o descuido com os determinantes sociais da saúde. É compreensível, lógico, e confirma que a composição do CS continua inalterada. É, no entanto, surpreendente que a resolução faça um apelo, aparentemente dirigido à Organização Mundial do Comércio (OMC), por mais colaboração científica, mais transparência e mais compartilhamento de tecnologias e *know-how* para produtos contra a Covid-19, como se expressasse a voz de defensores da suspensão temporária de Direitos de Propriedade Intelectual (PIs). Seria, em todo caso, interessante saber se tal apelo na OMC teria recebido o mesmo apoio entusiasmado. Por último, a resolução deixa registro de que a imunização extensiva constitui um bem público global, em sintonia com o que vem sendo propagado na OMS.

A resolução do CS é histórica pelas razões apresentadas, não por uma misteriosa transformação de seu mandato. É oportuno recordar que foi somente em julho de 2020, quando todos os órgãos das Nações Unidas já se haviam manifestado sobre o tema da pandemia, que o CS adotou a resolução S/RES/2532 sobre o mesmo assunto. A resolução teria sido objeto de um longo e exaustivo processo de negociação, polarizado pelas posições irreconciliáveis dos EUA de Donald Trump e da China de Xi Jinping. O resultado foi um texto aguado e cujo único mérito terá sido o de acolher o apelo do secretário-geral (SG) por um cessar-fogo global durante a pandemia. Não deixa de ser irônico, no entanto, que a paralisia do CS com questões adjetivas tenha favorecido condições para a retomada da guerra entre a Armênia e o Azerbaijão em torno do território de Nagorno-Karabakh, com as conhecidas consequências desastrosas no plano humanitário, ainda que continuem desconhecidas aquelas vinculadas à Covid-19.

Em todo caso, a resolução *humanitária* S/RES/2565, aprovada por países que verbalizaram apoio à Covax, poderia ter sido a bandeira para acelerar a distribuição

de vacinas nas populações vítimas das áreas de conflito. O fato de que tal não ocorreu põe à mostra as já conhecidas limitações da Covax, mas principalmente o continuado fracasso político do CS e de seus líderes.

SECRETARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS

O secretário-geral (SG), António Guterres, mostrou-se incansável em pregar que a única saída das muitas crises que se abatem sobre o mundo por conta da Covid-19 é pela união de todos. Em 2020, o *America First*, de Donald Trump, encontraria simpatizantes contrários à razão, minando a efetividade da resposta multilateral. Em 2021, no entanto, o SG pôde respirar aliviado com a vitória de Joe Biden para a presidência dos EUA. Nas primeiras horas como presidente, ele anunciou a volta dos EUA ao Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e à OMS, sinalizando que era tempo de retomar o caminho multilateral de diálogo e entendimento. A nomeação de diplomata de carreira para chefiar a Missão junto às Nações Unidas, com reconhecida sensibilidade na área de direitos humanos, também terá contribuído para a sensação de volta da nova administração à convivência civilizada entre as nações. Um detalhe, no entanto, não terá passado despercebido. Em sua posse, o internacionalista Joe Biden deixou de fazer referência às Nações Unidas, como fizera John Kennedy em seu discurso inaugural, ao afirmar que a organização era a melhor esperança naquele ambiente ameaçador da Guerra Fria. Desse modo, o anúncio da volta à convivência multilateral, horas após a inauguração, parecia sugerir uma correção administrativa, não a manifestação de uma inquestionável confiança no sistema.

A pandemia é uma ameaça, como reconhecido pelo CS e, em outro momento, pela Declaração de Oslo transformada em resolução da AGNU. A Covid-19, no entanto, não parece despertar o temor de extinção da espécie vivido na Guerra Fria. Não há, de fato, a sensação de se estar à beira do precipício. A insistência do SG para a busca de soluções comuns contrapõe-se ao nacionalismo das vacinas, praticado por Joe Biden e outros fundadores das Nações Unidas. Em uma situação de ameaça para a espécie, o clamor do SG não seria necessário. Os próprios Estados-membros, ameaçados, ecoariam as palavras de Kennedy.

O fato de que em todas as falas do SG e em todos os documentos produzidos pelo Secretariado a mensagem seja a pregação por união e mais solidariedade deveria ser suficientemente eloquente para se ter uma medida de como estão em falta esses dois elementos nas relações internacionais. Ante a mais grave crise sanitária de que se tem notícia, os Estados-membros parecem descolados, preocupados com os seus botões, indiferentes à realidade que, no entanto, é realmente ameaçadora. Por essa razão, talvez, a recondução do SG, em julho, tenha passado imperceptível, como se não importasse.

O Secretariado produziu documentos importantes e de grande qualidade técnica no período da 75ª sessão da AGNU, entre os quais caberia destacar os seguintes três, que têm relevância especial com respeito à resposta das Nações Unidas à Covid-19: 1) *Resposta Integral das Nações Unidas à Covid-19*, de setembro de 2020; 2) *Soluções de liquidez e dívida para investir nos ODS*, de março de 2021; e 3) *Relatório 2021 do SG sobre os ODS*, de maio de 2021.

ECOSOC

A resposta do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) à Covid-19 está em grande parte contida no grupo de itens A da agenda da 75ª sessão da AGNU. Entre os itens daquele grupo, caberia destacar os seguintes, conforme a numeração que figura na agenda: 9) *Relatório do Ecosoc*; 14) *Implementação integrada e coordenada e seguimento dos resultados das principais conferências das Nações Unidas, bem como das Cúpulas, nas áreas econômicas, sociais ou a elas relacionadas*; 17) *Questões de política macroeconômica*; 18) *Seguimento e implementação das conferências internacionais sobre financiamento para o desenvolvimento*; 19) *Desenvolvimento sustentável*; 24) *Erradicação da pobreza*; 26) *Desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e nutrição*; 27) *Desenvolvimento social*.

Cada um desses itens converge para o tema de desenvolvimento sustentável. A origem do tema, como se recordará, emanou da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, que se realizou em junho de 1992, no Rio de Janeiro. A conferência reconheceu o conceito de desenvolvimento sustentável, inscrito em seu principal resultado: a Agenda 21, assim chamada porque inauguraria uma nova era com a chegada do século XXI, marcada pelo cuidado com o meio ambiente e com a vida das pessoas.

Os anos 90 do século XX foram de grande otimismo com o fim da Guerra Fria e com a realização de um ciclo de conferências das Nações Unidas sobre temas sociais. O ciclo seria coroado com a realização da Cúpula do Milênio, em setembro de 2000, em Nova York. Naquela ocasião, foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), com o propósito primordial de erradicar a pobreza extrema até 2015.

É importante deixar registro que, em paralelo ao movimento de afirmação da agenda social, proclamada pelo ciclo de conferências da ONU, havia um outro, com forte apoio do capital internacional, que viria a minar aquele primeiro. Com efeito, sob a bandeira do chamado Consenso de Washington, o dogma econômico com apoio do *mercado* seria aquele que defende rígida disciplina fiscal, reforma tributária com vistas a desobstruir a atividade empresarial, privatizações, abertura comercial e desregulamentação das atividades econômicas e das leis trabalhistas.

A lógica da desregulamentação conduz à redução da responsabilidade do Estado, tornando atrativa, assim, a bandeira pela redução de impostos. A consequência inevitável é o encolhimento da rede de proteção social e a precarização das leis trabalhistas, conquistas inscritas na Organização Internacional do Trabalho (OIT). A atividade empresarial, finalmente desobstruída, seria traduzida por economia eficiente, guiada pelo *mercado* e financiada com amplos recursos que, a longo prazo, beneficiariam todos. Como o *Nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli, a teoria do gotejamento econômico parecia sair de uma concha e celebrada por querubins.

O conjunto de forças promovidas pelo ciclo de conferências sobre temas sociais, por um lado, e as forças neoliberais em favor da desregulamentação e tudo o que esta arrasta consigo, por outro, resultaram em um cabo de guerra. A batalha de Seattle, em 1999, que efetivamente interrompeu reunião da OMC que deveria lançar nova rodada de negociações comerciais para o novo milênio, foi uma instância daquela tensão. Outra, um pouco mais tarde, foi a adoção da Declaração de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública.

Em 2012, vinte anos após a Rio-92, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20. Naquela ocasião, os líderes adotaram o documento *O futuro que queremos*, cientes de que os ODMs não seriam alcançados e que seria necessário preparar o terreno para que, em 2015, aprovassem a histórica resolução A/RES/70/1 – *Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*.

Em setembro de 2021, vivemos em pandemia da Covid desde março de 2020. A avaliação geral é de que a pandemia expôs vulnerabilidades e iniquidades dentro dos países e entre eles, ademais de ter paralisado ou feito regredir os ODS, o caminho reconhecido por todos para transformar o mundo e conduzir ao futuro que queremos.

No âmbito do Ecosoc, o Foro Político de Alto Nível, criado pela 66ª sessão da AGNU, tem como responsabilidade o seguimento e o monitoramento da implementação da Agenda 2030 e dos ODS. Reuniu-se de 6 a 16 de julho de 2021. O pano de fundo do Foro Político de Alto Nível deste ano, como o do ano anterior, é o retrato da explosão do *normal* em pedaços, como o *Guernica*, de Picasso. O resultado principal do foro é uma declaração ministerial. O que ela contém? Em larga medida, reafirmação de compromissos acordados. Não há, contudo, o que deveria ser o anúncio de um novo compromisso político incontornável, digno dos antecessores *O futuro que queremos* e *Transformando nosso mundo*. Não se faz menção a uma vontade política inabalável, como a que emanou da Conferência de São Francisco, de recuperar o tempo perdido, dobrando, triplicando, quadruplicando ou quintuplicando os esforços necessários para cumprir a meta 2030 dos ODS. Afinal, como afirma o SG em seu relatório 2021 sobre os ODS, se

o paradigma proposto na resolução A/RES/70/1 tivesse sido abraçado nos últimos seis anos, o mundo teria estado mais bem preparado para enfrentar esta crise – com sistemas de saúde mais robustos, cobertura de proteção social expandida, resiliência que provém de sociedades igualitárias e um meio ambiente mais sadio.

É um truísmo afirmar que a Covid-19 afetou a implementação dos ODS e, com isso, agravou o impacto da pandemia. Também deveria ser evidente que os ODS sempre estiveram fora de alcance, como sugerido pelo SG. Mas então, caberia a pergunta: por quê? Por que os ODS, assim como antes os ODMs, a Agenda 21 e outros compromissos, sempre estiveram e, provavelmente, sempre estarão fora de alcance? Não será porque o velho paradigma que se queria mudar em 2015 em favor de um novo, que nunca foi abraçado, como diz o SG, gera o oposto ao que almejam os ODS?

A redução das desigualdades dentro dos países e entre eles é um dos 17 ODS. Em abril de 2020, vários governos açambarcaram máscaras, ventiladores e produtos médicos, suspendendo as exportações ou redirecionando estas por meio de pagamentos de última hora, em pistas de aeroportos. No começo de 2021, o mesmo ocorreu com as vacinas e os insumos para produzi-las. Enquanto os países desenvolvidos conseguiram imunizar aproximadamente 60% de suas respectivas populações, a África inteira mal conseguiu proteger 2% de sua população.

O exemplo é emblemático e parece confirmar a tese de que o paradigma em vigência gera o oposto do que almejam os ODS. Se for assim, a resposta da Assembleia Geral das Nações Unidas, do Conselho de Segurança, do Secretariado e do Conselho Econômico e Social à Covid-19 estará necessariamente prejudicada. A Organização das Nações Unidas, no entanto, é o marco institucional que abriga resoluções com promessa de transformações profundas, de que é exemplo a resolução A/RES/70/1 – *Transformando o nosso mundo* –, que em seu parágrafo 50 revela a grandiosa missão: “Hoje, tomamos uma decisão de enorme significado histórico. Resolvemos criar um futuro melhor para todos” (Unga, 2015).

A tarefa é, no mínimo, titânica. Para tanto, imaginar-se-ia que os recursos políticos e financeiros a ela destinados teriam de ser da mesma ordem gigantesca. A declaração ministerial, que emanou do Foro Político de Alto Nível, deveria ter feito alusão à enormidade do desafio, ao que necessariamente deveriam corresponder enormes recursos, políticos, econômicos e financeiros. Aquele documento, no entanto, guarda uma tocante modéstia, que não se explica ante a tragédia humana deixada pela Covid-19. Enfatiza, por exemplo, alguns esforços que podem ser empreendidos para contribuir para o financiamento dos ODS: 1) combater o fluxo financeiro ilícito; 2) assegurar a devolução de ativos roubados; 3) combater a lavagem de dinheiro. A ideia contida nessas sugestões não é má. Deixa, contudo, a mesma impressão daquela do genial Garrincha ante as ideias do técnico Feola

para parar os russos na Copa de 1958. Outras ideias contidas naquela declaração ministerial são: 4) a efetivação, por parte das economias avançadas, do compromisso de destinar 0,7% de seus respectivos PIBs para a rubrica Assistência Oficial para o Desenvolvimento; 5) a suspensão temporária da dívida dos países em desenvolvimento; 6) a alocação aumentada para 650 bilhões de dólares dos Direitos Especiais de Saque do Banco Mundial; e 7) a destinação, por parte das economias avançadas, de 100 bilhões de dólares aos países em desenvolvimento, a título de ajuda para a implementação do Acordo de Paris. Curiosamente, não há referência a uma fonte nova, especialmente criada, para financiar os ODS. Aparentemente, o financiamento terá que ser feito com recuperações e sobras, não a partir de um redirecionamento radical, no espírito de uma autêntica mudança de paradigma que teria inspirado os líderes quando acordaram trabalhar para *O futuro que queremos e Transformando o nosso mundo*.

A soma de todos os recursos que poderiam ser obtidos a partir das ideias contidas na declaração ministerial emanada do Foro Político de Alto Nível empalideceria ante o volume de dinheiro disponível no mundo. Estudo da consultoria global Bain & Company, intitulado *Um mundo inundado de dinheiro: tendências do capital em 2020*, revela que “a relação entre a economia financeira e a economia real atingiu um ponto decisivo. Hoje, os ativos financeiros são aproximadamente 10 vezes o valor do PIB global” (Bain & Company, 2021). O mesmo estudo estima que o PIB global hoje é da ordem de 90 trilhões de dólares. O valor dos ativos, portanto, seria de 900 trilhões de dólares.

Em plena pandemia, as iniciativas para acelerar o acesso a produtos e vacinas para combater a Covid-19 (ACT-A e Covax, nas siglas em inglês), aplaudidas pelos países desenvolvidos, sofrem de injustificável falta de investimentos para cumprir os seus objetivos. Acelerar a imunização mundial, como proposto pelos chefes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, OMC e OMS, custaria, segundo eles, 50 bilhões de dólares (World Bank, 2021). Nem sequer esta cifra encontrou acolhida na Declaração ministerial, encaminhada para consideração da AGNU.

É possível que o SG não tenha razão ao dizer que se a mudança de paradigma tivesse sido abraçada o mundo estaria mais bem preparado para enfrentar a crise. É provável que, sim, ela efetivamente tenha sido abraçada pelos líderes, mas o que se abraçou naquela ocasião foi uma visão, uma miragem, não o comando de controle para mudar paradigmas.

O cabo de guerra a que se assistiu em Seattle e depois em Doha foi agora retomado pelo debate inconclusivo no âmbito da OMC com respeito à revisão do Acordo Trips, que como se sabe não incluiu a ocorrência de uma pandemia como possibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como registrará a história a resposta das Nações Unidas à Covid-19 durante a 75ª sessão da AGNU? Deixará registro do grande número de referências à pandemia em sua agenda, mostrando assim o enorme impacto que teve em todos os quadrantes? Fará menção à explosão em mil pedaços do *normal*, à semelhança de Pablo Picasso ao denunciar os horrores da guerra?

Essas respostas talvez já estivessem presentes nas expectativas da 76ª AGNU, que se iniciou em 14 de setembro. Será curioso examinar o que terão a dizer, por exemplo, os líderes na Cúpula dos Sistemas Alimentares, cujo processo preparatório, segundo o relator especial Michael Fakhri, teria sido sequestrado pelas grandes cooperações e excluído a participação de segmentos fundamentais da sociedade civil. Será interessante saber de que maneira se resolverá o desequilíbrio obscuro na administração global de vacinas, à luz do reconhecimento de que a única saída das muitas crises causadas pela pandemia é pela via da imunização universal. O que esperar quando as principais produtoras de vacinas não se envolvem nas iniciativas da OMS, como a *Covax Facility*, e se opõem à suspensão temporária de patentes, prevista no Acordo Trips, em plena pandemia?

O compromisso dos países com a Agenda 2030 implicaria, como é óbvio, disposição inquebrantável de levar adiante mudanças transformadoras. Se até a última semana de setembro de 2021 não havia sido possível quebrar o impasse na OMC com respeito ao *waiver* de patentes, que é algo menor ante as transformações radicais necessárias para se realizar a plena implementação da Agenda 2030, o que esperar? O anúncio político dos líderes parece não se traduzir em ações transformadoras, e estas não se realizam porque não interessa aos que efetivamente detêm o poder econômico e financeiro.

Talvez a ação mais radical que teria de ser feita é o resgate da política, que deve servir a nós, o povo, como consagrado na Agenda 2030. Boa sorte!

REFERÊNCIAS

BRASIL *et al.* Ministers of Foreign Affairs of Brazil, France, Indonesia, Norway, Senegal, South Africa and Thailand. Oslo Ministerial Declaration – global health: a pressing foreign policy issue of our time. *The Lancet*, 369(9.570): 1.373-1.378, 2007. Disponível em: <[www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(07\)60498-X/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(07)60498-X/fulltext)>. Acesso em: 30 set. 2021.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). A/RES/70/1. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, 21 Oct. 2015. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/70/1>>. Acesso em: 28 set. 2021.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). A/75/251. Agenda of the seventy-fifth session of the General Assembly, 18 Sept. 2020. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/242/20/PDF/N2024220.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 28 set. 2021.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). Resolutions of the 75th session. Disponível em: <www.un.org/en/ga/75/resolutions.shtml>. Acesso em: 30 set. 2021.

WORLD BANK. Call to action on Covid vaccine access for developing countries by heads of World Bank Group and International Monetary Fund. Disponível em: <www.worldbank.org/en/news/statement/2021/06/03/world-bank-group-and-international-monetary-fund-call-to-action-on-covid-vaccine-access-for-developing-countries>. Acesso em: 28 set. 2021.